



Entrevista [Armando Monteiro Neto]

Diário de Pernambuco/PE

25 de maio de 2008

"Temos ainda muitos desafios"

Otimista com o crescimento da economia, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro Neto, avalia que o Brasil conseguiu romper o ciclo de baixo crescimento que vivia desde 1985. No entanto, alerta para a necessidade de se fazerem as reformas institucionais, como a tributária, o controle dos gastos do poder público e a modernização das leis trabalhistas. Em relação à atração dos novos empreendimentos para Pernambuco, Monteiro Neto acredita que se deve a uma conjunção de fatores, mas alerta para a necessidade de inclusão dos trabalhadores locais neste desenvolvimento.

"Pernambuco tem não apenas acompanhado o ciclo nacional, mas também tirado vantagens desse momento que o país vive. O desafio é fazer com que tudo isso possa produzir um modelo de desenvolvimento que seja espacialmente equilibrado e que também se traduza numa ampliação de oportunidades, não apenas para as empresas de Pernambuco, mas também para os pernambucanos de uma maneira geral", diz.

Para isso, segundo ele, é preciso capacitar os trabalhadores e a resposta da CNI a esta demanda é traduzida pelo Educação para a Nova Indústria. Nesta entrevista, o presidente da CNI também critica a proposta do Ministério da Educação de alterar as formas a destinação das verbas do Sistema S. "A proposta do Ministério da Educação é estatizante e põe em risco o atendimento das crescentes demandas de qualificação profissional da indústria brasileira", avalia. Confira abaixo a entrevista.

O Brasil, nos últimos anos, tem vivenciado um novo ciclo de crescimento, com ajustes na macroeconomia e investimentos públicos e privados que têm resultado num crescimento continuado. Como o senhor avalia esses investimentos e a situação econômica do país hoje?

O Brasil conseguiu romper o ciclo de baixo crescimento da economia. Se mantivéssemos o ritmo pífio de expansão do PIB registrado entre 1985 e 2005, levaríamos cem anos para dobrar a renda per capita. Esse quadro começou a mudar em 2006. No ano passado, o país alcançou uma taxa de crescimento de 5,4% e deve repetir esse desempenho em 2008. Com um ritmo de crescimento na casa de 5% e um incremento populacional de 1,2% ao ano, será possível dobrar a renda per capita em apenas 18 anos. O maior dinamismo da economia é produto de um conjunto de fatores. O bom desempenho da economia mundial, as melhores condições de crédito e o aumento da renda dos trabalhadores estimularam o consumo das famílias e os investimentos das empresas. Entretanto, é preciso estar atento, porque a manutenção do crescimento exige uma série de reformas institucionais. A construção das bases do desenvolvimento sustentado depende da reforma tributária, do controle dos gastos públicos, da modernização das leis trabalhistas, da definição do papel das agências reguladoras, da desburocratização, dos incentivos à inovação, do acesso do Brasil aos mercados internacionais e da melhoria da

qualidade da educação. Promover essas reformas e criar um ambiente mais favorável aos negócios são os principais desafios que se colocam para o Brasil.

Pernambuco tem acompanhado esse ciclo nacional, com investimentos de grande porte, públicos e privados, em diversos segmentos e distribuídos em várias regiões. O senhor acredita que há um novo ciclo de desenvolvimento acontecendo no estado?

Pernambuco tem não só acompanhado o ciclo nacional, mas também tirado vantagens desse momento que o país vive. Tudo isso em função de um conjunto de circunstâncias, que decorrem de uma ação pró-ativa do estado na captação dos investimentos e numa estreita e cooperativa aliança entre o governo do estado e o governo federal, permitindo que grandes empreendimentos públicos e privados pudessem chegar a Pernambuco. O desafio é fazer com que tudo isso possa produzir um modelo de desenvolvimento que seja espacialmente equilibrado e que também se traduza numa ampliação de oportunidades, não apenas para as empresas de Pernambuco, mas também para os pernambucanos de uma maneira geral. O desafio que temos é capacitar empresas e pessoas para que esse processo de desenvolvimento seja o mais saudável possível.

Como o senhor avalia a instalação desses projetos? Como isso deve refletir diretamente na indústria local?

É claro que esse movimento de instalação dos grandes projetos vai se articular com a base industrial local. Há muitas oportunidades nessas cadeias produtivas que devem ser aproveitadas pelos empresários do estado. A Federação das Indústrias de Pernambuco tem realizado um notável trabalho para identificar uma espécie de mapa de oportunidades, exatamente para orientar a presença dos novos investimentos nessas cadeias produtivas. Isso permite não apenas uma maior inserção da indústria local, mas também a possibilidade de intensificar esse ciclo de investimentos.

O estado tem infra-estrutura para receber esses empreendimentos, principalmente em relação à questão do parque industrial?

O estado tem uma dotação de infra-estrutura que permitiu inclusive a viabilização desses investimentos. Não fosse a infra-estrutura portuária, não fosse Suape, que corresponde a um investimento que Pernambuco vem fazendo há décadas, o estado não poderia sediar alguns empreendimentos. Mas é evidente que devemos cada vez mais ampliar e complementar essa infra-estrutura. Temos ainda muitos desafios, não apenas no entorno de Suape, mas também a necessidade de interiorizar essa infra-estrutura para integrar as diversas regiões do estado nesse processo de desenvolvimento. E temos ainda o desafio de realizar alguns grandes projetos que são em termos logísticos muito importantes para os próximos anos, como por exemplo a Transnordestina, que vai nos permitir a possibilidade de fortalecer a nossa matriz de transporte através do uso do modal ferroviário, que é mais econômico. Temos muito o que fazer na complementação da infra-estrutura, mas o importante é que esse processo possa estar sendo realizado pari passo. Ou seja, os grandes investimentos demandando infra-estrutura e os investimentos em infra-estrutura viabilizando novas possibilidades para a indústria do estado.

O programa Educação para a Nova Indústria é um projeto ousado, que deve investir R\$ 10,4 bilhões até 2010 na educação básica e profissional de 16,2 milhões de pessoas no Brasil. O senhor pode falar um pouco dessa iniciativa?

O programa Educação para a Nova Indústria, idealizado pela CNI e executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), reafirma o compromisso da indústria com a educação e a qualificação profissional

dos trabalhadores brasileiros. Serão feitos pesados investimentos na expansão e diversificação da oferta de educação básica, continuada e profissional ajustada às necessidades atuais e futuras da indústria, na modernização das escolas, em laboratórios, oficinas, máquinas, equipamentos, ferramentas, unidades móveis e kits didáticos de Sesi e Senai. O programa também prevê a formação de professores e instrutores sintonizados com as novas competências técnicas, pedagógicas e didáticas. Esses investimentos representam uma resposta da indústria ao desafio de oferecer uma educação de qualidade e aumentar a oferta de oportunidades para a formação de profissionais criativos e empreendedores, que atendam aos requisitos do mercado de trabalho. Nós entendemos que a qualificação dos trabalhadores é decisiva para o Brasil se inserir no competitivo mercado global e manter um alto ritmo de crescimento econômico.

Pensando na capacitação que com certeza será necessária para que a mão-de-obra seja qualificada para todos esses segmentos, a CNI está atenta às necessidades do mercado para focar na qualificação dos profissionais e para atender à demanda de vagas que com certeza surgirão no futuro?

A formação de profissionais sintonizados com as demandas do mercado de trabalho e com a tendência de interiorização da indústria brasileira são pilares do programa Educação para a Nova Indústria. É também a principal finalidade do Senai, que tem se mostrado eficiente no desenvolvimento de programas de qualificação profissional adequados às constantes transformações da indústria brasileira. O avanço tecnológico muda continuamente os processos produtivos e requer novas competências para o trabalho. Para vencer o desafio da competitividade e da globalização, as empresas precisam contratar trabalhadores com elevada escolaridade e formação profissional muito especializada. É sempre pensando no futuro e avaliando as tendências de mercado e desafios da competição internacional que o Senai organiza os currículos de seus cursos.

Essa sinergia com o setor produtivo é essencial?

Não há dúvidas de que os programas de educação profissional precisam atender às demandas do setor produtivo e ter o claro objetivo de garantir a competitividade das empresas brasileiras. Hoje muitas empresas deixam de se expandir porque não encontram profissionais com o perfil desejado. É preciso formar esses profissionais, porque disputamos mercados globais com empresas de países que investem intensamente na qualidade da educação.

Hoje há uma discussão no governo sobre alterar a destinação das verbas direcionadas ao Sistema S. Como o senhor avalia essa proposta?

A proposta do Ministério da Educação é estatizante e põe em risco o atendimento das crescentes demandas de qualificação profissional da indústria brasileira. A criação de um fundo a partir dos recursos arrecadados pelos industriais para formar seus trabalhadores retirará a competitividade das empresas e, conseqüentemente, da economia brasileira. Isso porque reduzirá a oferta de matrículas nos cursos de qualificação e aperfeiçoamento profissional e, conseqüentemente, a oferta de trabalhadores com o perfil adequado às necessidades das empresas. Caso a proposta do MEC seja aprovada, as diretrizes de educação profissional ficarão expostas a pressões políticas e à descontinuidade comuns em programas de governo. Outros impactos seriam o aumento da carência de profissionais qualificados e a ampliação das desigualdades regionais, devido a menor mobilidade dos investimentos em novas regiões e atividades produtivas.

A indústria se prejudica com a possibilidade de alterações na lei?

A alteração da repartição e do direcionamento dos recursos arrecadados pelo Senai mudará o perfil da qualificação da mão-de-obra para a indústria. Atualmente, o Senai forma trabalhadores para uma indústria competitiva e atenta aos avanços tecnológicos. Se isso mudar, quem será responsável pela formação de mão-de-obra qualificada para a indústria? Outros impactos da mudança seriam o aumento da carência de profissionais qualificados, a ampliação das desigualdades regionais, devido à menor mobilidade dos investimentos em novas regiões produtivas e a crescente desatualização tecnológica da indústria, especialmente dos pequenos empreendimentos.

Qual a importância hoje de instituições como o Sesi e o Senai na qualificação profissional dos trabalhadores?

Os programas de educação básica do Sesi e de educação profissional do Senai consideram a dinâmica da indústria moderna. A qualidade da educação desenvolvida pelo Sesi e o Senai tem reconhecimento internacional. Atualmente, o Senai atende a 40 mil indústrias e coopera para a modernização da educação profissional em diversos países. No ano passado, por exemplo, o Senai foi contratado para formar os profissionais que trabalharão na duplicação do Canal do Panamá. Outro exemplo da excelência dos cursos do Senai é a pontuação conquistada pelos alunos da instituição no torneio internacional de formação profissional, o WorldSkills. Em 2007, em Shizuoka, no Japão, os estudantes do Senai ficaram em segundo lugar na competição, atrás apenas da Coreia e à frente da Suíça, de Cingapura, Austrália e Japão, países desenvolvidos que têm excelente qualidade na educação.

O trabalhador e a indústria perdem com essas alterações na lei? Que tipo de problemas podem acontecer no futuro?

As mudanças proposta pelo MEC terão um forte impacto sobre os trabalhadores. É importante destacar que as ações e os programas do Sesi e do Senai, financiados pelas indústrias, têm como alvo a sociedade. A contribuição das duas instituições para o desenvolvimento de uma indústria competitiva é decisiva para o aumento da oferta de emprego e para a geração de renda. Uma eventual medida que diminua a competitividade industrial resultará na redução dos empregos e da renda. Outro prejuízo da mudança proposta será a redução da oferta de cursos de aprendizagem e aperfeiçoamento profissional, que abrem oportunidades de qualificação e inserção no mercado de trabalho para as pessoas que não conseguiram concluir a escolaridade básica exigida pelos cursos técnicos.